

RELATÓRIO ANUAL

DA

DIRETORIA EXECUTIVA

DO EXERCÍCIO DE 2015

SUMÁRIO

1. ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	3
2. APRESENTAÇÃO.....	4
3. EVENTOS RELEVANTES OCORRIDOS NO DECORRER DO EXERCÍCIO.....	4
4. PARTICIPANTES.....	5
5. ATIVOS LÍQUIDOS DOS PLANOS (RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS, FUNDOS E PROVISÕES).....	6
6. APURAÇÕES DOS RESULTADOS – VALORES ACUMULADOS.....	7
7. INVESTIMENTOS	8
8. PATRIMÔNIO SOCIAL	9
9. RENTABILIDADES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	10
10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	11
11. AÇÕES JUDICIAIS (REFLEXOS)	12
12. GLOSSÁRIO.....	13
13. AGRADECIMENTOS	14

1. ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Diretoria Executiva

Diretor	Cargo	Mandato
José Ernestino Maciel Souza	Diretor Superintendente	06/01/2010 a 05/01/2014
José Gomes da Silva Sobrinho	Diretor Financeiro	10/01/2013 a 31/12/2016
Mônica Maria Bomfim Cruz	Diretora Adm. e de Seguridade	22/08/2012 a 21/01/2016

Conselho Deliberativo

Mandato: de 23/07/2013 até 22/07/2017

Membros Efetivos:

- Willian de Pinho Barroso (Presidente);
- Shirley Nogueira Santos;
- Usiel Rios;
- Durvalina Silva Santos Scaringi
- André Silva Couto

Membros Suplentes:

- Wellington Aranha Júnior;
- João Victor Solis Barbosa;
- Marília Emanuela Fontes Amorim;
- Jéferson Pereira Dias.

Conselho Fiscal

Mandato: até 23/07/2013 até 22/07/2017

Membros Efetivos:

- Natalia Franca Paes (Presidente)
- Pedro Kohatsu (substituto eventual da Presidência);
- José Fredy Vieira.

Membros Suplentes:

- Paulo Rollemberg Garcez Vieira;
- Paulo Tadeu da Silva Alves;
- .

Patrocinadores:

- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.
- Instituto Energipe de Seguridade Social – INERGUS.

2. APRESENTAÇÃO

O Instituto Sergipe de Seguridade Social – INERGUS vem apresentar aos seus participantes ativos e assistidos e à Patrocinadora-Instituidora - Energisa Sergipe, as principais atividades desenvolvidas no Exercício de 2015.

3. EVENTOS RELEVANTES OCORRIDOS NO DECORRER DO EXERCÍCIO

3.1 - Comitê de Investimentos

Criado em 2011, o Comitê de Investimentos tem proporcionando um melhor monitoramento dos recursos destinados à aplicação, nos segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos imobiliários, empréstimos e demais modalidades operacionais disponíveis no mercado financeiro, viabilizando, ainda, o plano de aplicação de recursos da Entidade dentro das melhores práticas de governança corporativa, em consonância com a legislação que rege a matéria.

O Comitê é composto por três membros, sendo um representante da Empresa de Consultoria Financeira e de Riscos, um Profissional do mercado financeiro e pelo AETQ.

O Comitê possui natureza consultiva, competindo-lhe propor as condições operacionais da Política de Investimentos e subsidiar a Diretoria Executiva do INERGUS, sempre que solicitado, nas tomadas de decisão sobre definição de estratégias de investimentos, seleção de ativos, aprovação das condições de investimento, contratação e substituição de gestores/administradores e custodiantes, bem como sobre a realização de investimentos não tradicionais.

O Comitê avaliou as Políticas de Investimento para o período 2015 – 2019, elaboradas pela PPS Portfolio Performance, as quais foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo do INERGUS em reunião realizada em 30 de dezembro de 2015.

3.2 – Políticas de Investimentos

As Políticas de Investimentos estabelecem princípios e diretrizes para serem seguidos na gestão dos recursos da Entidade, recursos esses que correspondem às reservas técnicas, fundos e provisões. Os princípios e diretrizes visam atingir e preservar o equilíbrio atuarial e a solvência dos Planos de Benefícios, buscando garantir ao longo do tempo a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos dos planos procurando, ainda, evitar a exposição excessiva a riscos.

As Políticas de Investimentos compreendem todos os itens previstos no Capítulo V da Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN, nº 3.792, datado de 24 de setembro de 2009. O horizonte é de sessenta meses, conforme especifica a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, nº 7, de 4 de dezembro de 2003.

3.3 - Demonstrações Atuariais

A PREVIC, através da Instrução Previc nº 09, de 14 de dezembro de 2010, alterada pela Instrução Nº 1, de 27 de janeiro de 2012, fundamentada nos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, aprovou os procedimentos e instruções para o

preenchimento das Demonstrações Atuariais – DA dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar, relativamente ao Exercício de 2015.

As Demonstrações Atuariais foram desenvolvidas para o cadastro e envio anual dos estudos atuariais dos Planos de Benefícios de Previdência Complementar à PREVIC, de forma a analisar o nível de reservas e a situação financeira e atuarial do Plano. Atuarialmente são analisados os métodos, hipóteses e dados do Plano de forma a constatar se há superávit ou déficit técnico, ou seja, se os Benefícios previstos em Regulamento podem ser pagos da forma como o Patrimônio do Plano está evoluindo.

3.4 – Planos administrados pelo INERGUS

O INERGUS conta com três planos de benefícios: Plano de Origem – BD-1, Plano Saldado INERGUS - PSI e o Plano de Contribuição Definida - PCD.

No sistema de previdência complementar brasileiro, o valor de benefícios pagos supera as contribuições vertidas aos planos de benefícios pelos patrocinadores, instituidores, participantes e assistidos.

Para o Plano de Origem – BD-1, e para o Plano Saldado INERGUS - PSI, as contribuições previdenciais vertidas ficaram abaixo do valor dos benefícios pagos, enquanto que para o Plano de Contribuição Definida – PCD, as contribuições previdenciais superaram o valor pago a título de devolução de cotas.

3.5 – Governança Corporativa

A Entidade deu continuidade ao cumprimento das diretrizes emanadas da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, nº. 13, de 01 de outubro de 2004, a qual diz respeito aos princípios e regras e às práticas de governança e gestão de controles internos, cumprindo plenamente junto aos órgãos fiscalizador e regulador, aos participantes, à Patrocinadora e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal, através de relatórios de avaliação de riscos e controles internos, com indicações de melhores práticas de gestão de riscos e controles internos e as orientações e designações da Resolução nº 13 do CGPC e alinhamento à Recomendação nº 2/2009 que dispõe sobre a adoção da Supervisão Baseada em Riscos (SBR), no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

4. PARTICIPANTES

O INERGUS encerrou o Exercício de 2015 com o seguinte quadro de participantes ativos, assistidos (aposentados e pensionistas), comparativamente ao exercício anterior:

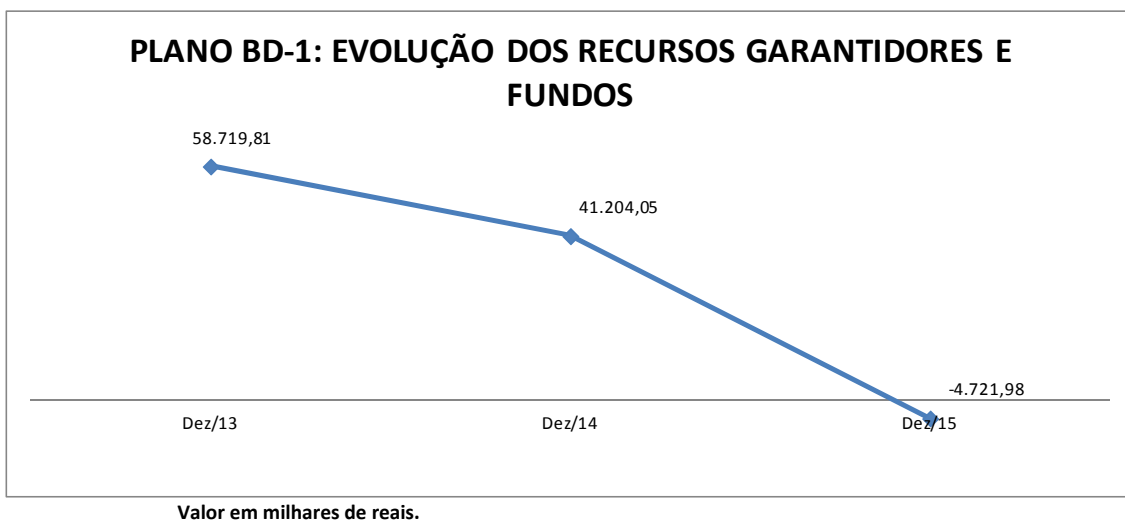
2015			
Descrição	Plano Original de Benefício Definido PO	Plano Saldado Inergus - PSI	Plano de Contribuição Definida - PCD
Ativo	48	464	463
Assistido	360	52	1
Pensionista	111	6	3
	519	522	467

2014			
Descrição	Plano Original de Benefício Definido PO	Plano Saldado Inergus - PSI	Plano de Contribuição Definida - PCD
Ativo	50	492	478
Assistido	364	45	-
Pensionista	104	5	-
	518	542	478

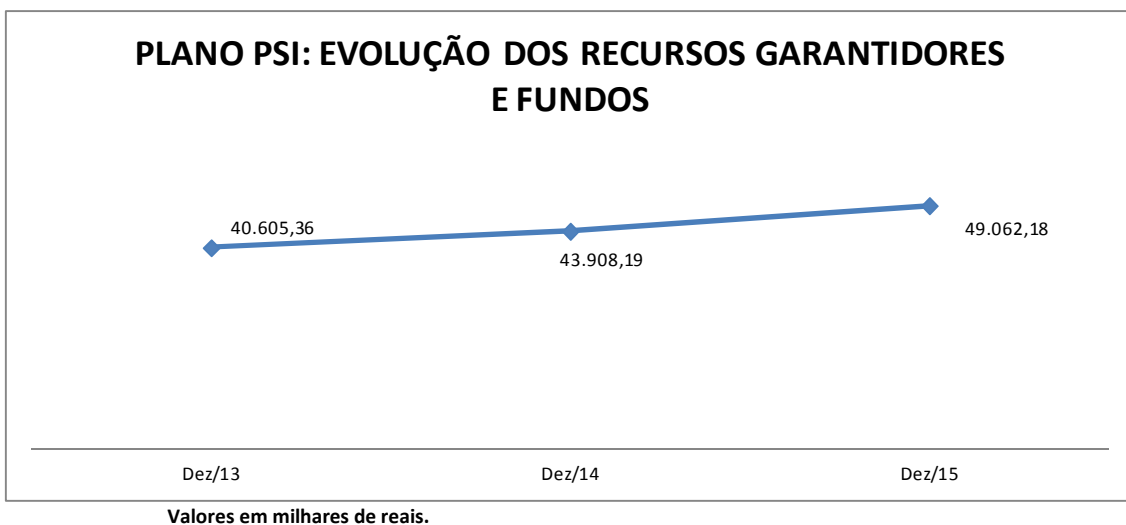
5. ATIVOS LÍQUIDOS DOS PLANOS (RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS, FUNDOS E PROVISÕES)

Os gráficos abaixo representam a evolução dos Ativos do INERGUS – Recursos Garantidores das Reservas Técnicas, Fundos e Provisões - destinados à cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano, as quais correspondem à diferença entre os Ativos dos Planos e os Exigíveis Operacionais.

PLANO BD-1



PLANO PSI



PLANO PCD



6. APURAÇÕES DOS RESULTADOS – VALORES ACUMULADOS

APURAÇÃO DE RESULTADOS

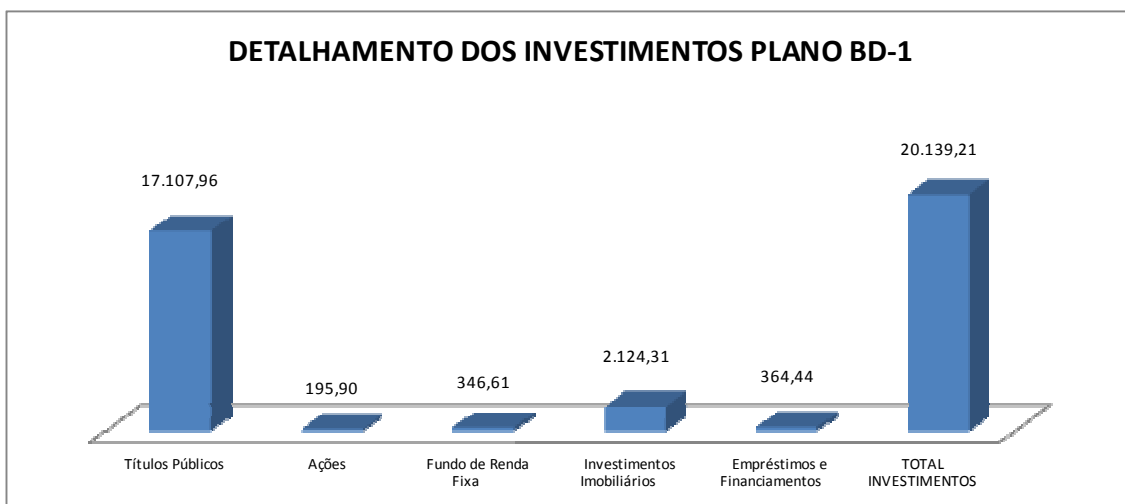
Posição: 31/12/2015

(em reais)

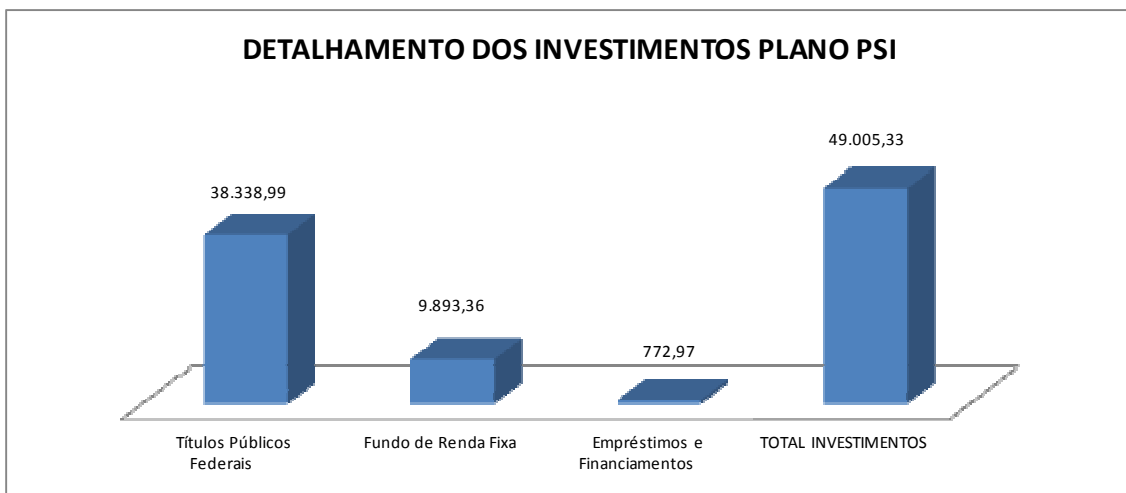
DESCRIÇÃO/PLANOS DE BENEFÍCIOS	BD-1	PSI	PCD
Ativo Total	53.744.993,01	49.242.417,62	8.320.045,96
(-) Exigível Operacional	(1.742.875,56)	(24.962,25)	(14.143,62)
(-) Exigível Contingencial	(56.688.997,87)	-	-
(-) Provisões Matemáticas	(121.606.702,57)	(57.231.720,00)	(7.906.163,89)
(-) Fundos Previdencial / Administrativo	(35.097,78)	(155.278,22)	(399.738,45)
(=) Superávit / Déficit Técnico Acumulado	(126.328.680,77)	(8.169.542,85)	-

7. INVESTIMENTOS

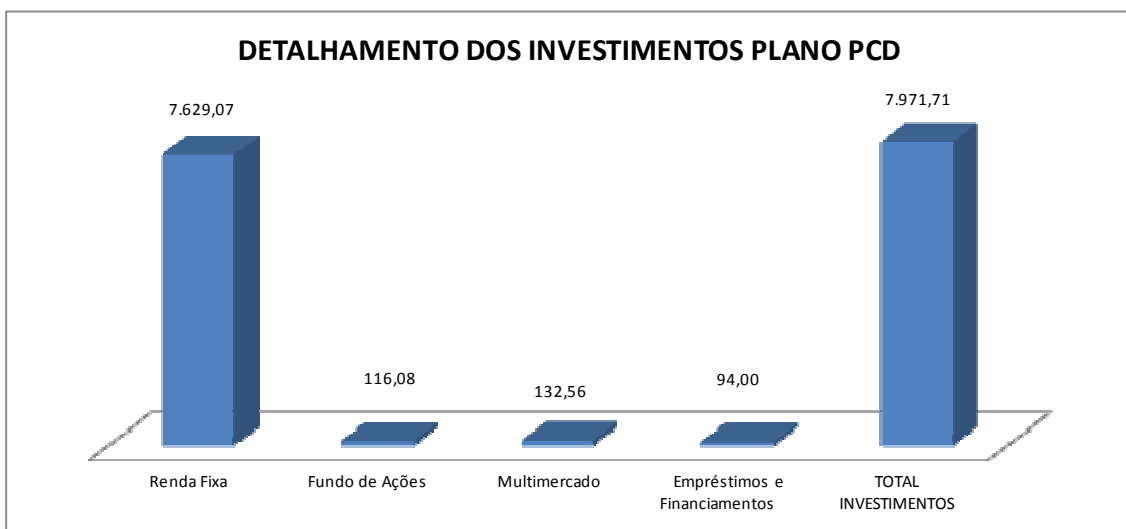
Os investimentos da Entidade ficaram assim distribuídos, por planos de benefícios, no final do Exercício de 2015:



Valores em milhares de reais



Valores em milhares de reais



Valores em milhares de reais

8. PATRIMÔNIO SOCIAL E RESULTADOS APURADOS NO EXERCÍCIO DE 2015

O Patrimônio Social compreende da cobertura do plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos. Demonstramos ainda o equilíbrio técnico dos planos.

APURAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Posição: 31/12/2015

(em milhares de reais)

Descrição da Conta	BD-1	PSI	PCD
PATRIMÔNIO SOCIAL	(4.686,88)	49.217,46	8.305,90
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	(4.721,98)	49.062,18	7.906,16
PROVISÕES MATEMÁTICAS	121.606,70	57.231,72	7.906,16
Benefícios Concedidos	181.581,16	24.090,90	96,16
Benefícios a Conceder	4.255,76	46.893,43	7.810,00
(-) Prov. Matemática a Constituir	(64.230,21)	(13.752,61)	-
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(126.328,68)	(8.169,54)	-
Resultados Realizados	(126.328,68)	(8.169,54)	-
Superávit/Déficit Técnico Acumulado	(126.328,68)	(8.169,54)	-
FUNDO ADMINISTRATIVO	35,10	155,28	122,78
FUNDO PREVIDENCIAL	-	-	276,95

9. RENTABILIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Os quadros a seguir demonstram a rentabilidade bruta e a rentabilidade líquida auferidas em cada segmento de aplicações e em cada fundo de investimentos, bem como as taxas de administração e demais custos incorridos com a administração própria e terceirizada dos investimentos, conforme prevê o item 14 da Resolução do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC nº 9, datada de 29 de novembro de 2012.

PLANO BD-1			
MODALIDADE	RENTABILIDADE NO ANO	META ATUARIAL (INPC + 5,5% a.a.)	IBOVESPA + 5% a.a.
RENDA FIXA	17,65%	17,40%	-
RENDA VARIÁVEL	-34,77%	-	-8,98%
IMÓVEIS	7,70%	17,40%	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	21,96%	17,40%	-
CONSOLIDADO	16,41%	17,40%	-

PLANO PSI			
MODALIDADE	RENTABILIDADE NO ANO	META ATUARIAL (INPC + 5,5% a.a.)	IBOVESPA + 5% a.a.
RENDA FIXA	16,10%	17,40%	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	22,49%	17,40%	-
CONSOLIDADO	16,15%	17,40%	-

PLANO PCD			
MODALIDADE	RENTABILIDADE NO ANO	META ATUARIAL (INPC + 5,5% a.a.)	IBOVESPA + 5% a.a.
RENDA FIXA	13,40%	17,40%	-
RENDA VARIÁVEL	-9,01%	-	-8,98%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	22,47%	17,40%	-
CONSOLIDADO	12,67%	17,40%	-

PLANO PGA			
MODALIDADE	RENTABILIDADE NO ANO	META ATUARIAL (INPC + 5,5% a.a.)	IBOVESPA + 5% a.a.
RENDA FIXA	16,36%	17,40%	-
CONSOLIDADO	16,36%	17,40%	-

10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas relativas ao Plano Saldado e ao Plano de Contribuição Definida ficam a cargo da Patrocinadora através de reembolso mensal, conforme previsto atuarialmente.

Para o Plano de Benefício Definido (BD-1), o valor para custeio é proveniente da taxa de carregamento sobre as receitas previdenciais correntes. As despesas administrativas ficaram assim detalhadas por rubrica:

(Em mil)

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	Acumulado Dezembro/2015
DESPESAS	2.406,58
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.430,82
DESPESAS COMUNS	841,92
Pessoal e Encargos	316,95
Treinamentos/Congressos/Seminários	7,25
Serviços de Terceiros	254,11
Despesas Gerais	153,38
Depreciações e Amortizações	5,71
Tributos	104,18
Outras Despesas	0,34
DESPESAS ESPECÍFICAS	588,90
Serviços de Terceiros	588,29
Despesas Gerais	0,61
INVESTIMENTOS	975,77
DESPESAS COMUNS	759,55
Pessoal e Encargos	316,95
Treinamentos/Congressos/Seminários	7,25
Serviços de Terceiros	358,84
Despesas Gerais	62,74
Depreciações e Amortizações	5,71
Tributos	7,73
Outras Despesas	0,34
DESPESAS ESPECÍFICAS	216,21
Serviços de Terceiros	216,21

11. AÇÕES JUDICIAIS (REFLEXOS)

Em 31.12.2015 o INERGUS registrou diversos processos judiciais referentes a reclamações de Participantes Ativos e Assistidos e de seus sucessores contra os planos de benefícios previdenciários os quais reivindicam a inflação expurgada, relativa aos Planos Bresser, Collor e outros índices, sobre devoluções de contribuições. Estes processos se encontram com variados estágios de julgamento, inclusive com valores depositados em juízo. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, bem como de acordo com a metodologia e critérios estabelecidos para identificação das ações que se enquadrem na classificação de provável, possível ou remota, em relação a decisões desfavoráveis ao Inergus, avalia que a provisão constituída é suficiente para a cobertura das eventuais perdas. Até o final do Exercício, os diversos processos judiciais estavam distribuídos na Área Cível, num total de 81 Processos.

Os valores objeto de provisionamento contemplam os processos com expectativa de perda provável, assim considerados aqueles com decisão desfavorável em segunda instância e com trânsito em julgado já certificado nos autos.

Os valores foram estimados considerando todos os redutores, limitadores e proporcionalidades previstas em regulamento, bem como a exclusão de créditos exigidos por autores que já percebem o abono deferido na data da concessão.

	R\$ mil	
	2015	2014
GESTÃO PREVIDENCIAL		
- Revisão de Aposentadoria	-	13.254
- Revisão de Pagamento de Reservas	56.689	93
	56.689	13.347

Considerando que as provisões são estimadas com base na avaliação do cenário do momento, o INERGUS mantém os procedimentos periódicos de revisão sobre o andamento das causas judiciais e seus efeitos econômicos e financeiros, no sentido de manter os valores contábeis devidamente atualizados.

12. GLOSSÁRIO:

Ativo do Plano: somatório de todos os bens e direitos do Plano de Benefícios.

Custeio Administrativo: valor destinado à cobertura das despesas decorrentes da administração dos Planos de Benefícios de uma EFPC, conforme definido nos Regulamentos e respectivos planos de custeio.

Despesa Administrativa: valor gasto com a administração do Plano de Benefícios.

Despesas Comuns: gastos atribuídos ao conjunto de planos de benefícios administrados pela EFPC.

Despesas Específicas: gastos atribuídos a cada plano de benefícios.

Despesas Previdenciais: valores pagos ou devidos a título de Benefício, Resgate ou Portabilidade, de acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios.

Déficit Técnico: insuficiência patrimonial para cobertura dos compromissos do Plano de Benefícios.

Equilíbrio Técnico Atuarial: expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores de um Plano de Benefícios, acrescido das contribuições futuras, e o total dos compromissos atuais e futuros desse plano.

Exigível Atuarial: conta contábil que registra o total das Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios.

Fundo Administrativo: aquele destinado à cobertura de despesas administrativas futuras do Plano de Benefícios.

Fundo Previdencial: valor definido pelo atuário com o objetivo de cobertura da anti-seleção de riscos, oscilações de riscos ou mesmo para alocar recursos destinados a futuras alterações do Plano de Benefícios.

Meta Mínima Atuarial: valor mínimo esperado para o retorno de investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios, geralmente fixado como sendo a taxa de juros adotada na avaliação atuarial conjugada com o Índice do Plano.

Operações Administrativas: registra, exclusivamente, o patrimônio e os resultados da gestão administrativa não contemplados nos planos de benefícios.

Patrimônio Social: compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

Plano de Custeio: documento elaborado, com periodicidade mínima anual, pelo atuário responsável pelo acompanhamento do Plano de Benefícios, no qual é estabelecido o nível de contribuição necessário à constituição das suas reservas garantidoras de benefícios, fundos e provisões, e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

Provisão Matemática: conta contábil que registra o valor da Reserva Matemática do Plano de Benefícios.

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: conta contábil que registra o valor da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder do Plano de Benefícios.

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos: conta contábil que registra o valor da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos do Plano de Benefícios.

Receitas: contribuições pagas ou devidas pelos patrocinadores, participantes e assistidos, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano de Benefícios.

Recursos Garantidores: parcela do Ativo destinada à cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano. Corresponde à diferença entre o Ativo do Plano e os exigíveis: operacional, financeiro, administrativo e assistencial, bem como os fundos previdencial e administrativo.

Taxa de Administração: Cobrada sobre os Recursos Garantidores.

Taxa de Carregamento: percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir.

13. AGRADECIMENTOS

Finalizando, a Diretoria Executiva do INERGUS agradece a confiança e o apoio recebidos da Patrocinadora Instituidora, dos Participantes Ativos e Assistidos, dos Conselhos Deliberativo e

Fiscal. Agradece ainda o empenho do corpo de colaboradores para a consecução dos objetivos da Entidade.

A DIRETORIA EXECUTIVA